15º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2024

ESCOLA, IGREJA E MÍDIA: COMO DEVE SER A EDUCAÇÃO SEGUNDO CANAIS CONFESSIONAIS CRISTÃOS

GABRIELLA B. AMÉLIO[1], CAROLINE C. V. DOS SANTOS[2], GUILHERME R. ARDUINI[3]

[1] Graduanda em Bacharelado e Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Bolsista de Iniciação Científica, Instituto Federal de São Paulo, Campus Hortolândia, gabriellabosqamelio@gmail.com.

[2] Estudante do curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal de São Paulo, Bolsista de Iniciação Científica, Instituto Federal de São Paulo, Campus Hortolândia, c.camilo@aluno.ifsp.edu.br.

[3] Graduado em Bacharelado e Licenciatura em História pela Unicamp (2005), possui mestrado em História pela Unicamp (2009) e Doutorado em Sociologia pela USP (2014). Docente da educação básica, superior e pós-graduação no Instituto Federal de Educação e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Hortolândia. Coordenador do projeto CNPq "O papel do Estado Nacional brasileiro na atividade educativa das igrejas cristãs, dos anos 1930 ao presente" (2022-2025). guilherme.arduini@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento: 7.08.01.03-7 Sociologia da Educação

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar possíveis ideais educativos segundo as igrejas cristãs, por meio da análise de produções midiáticas de redes confessionais cristãs de comunicação. A consulta foi realizada aos canais católicos: TV Aparecida, TV Canção Nova, REDEVIDA e RedeSeculo21; e aos canais evangélicos: Rede Novo Tempo de Comunicação, pertencente à Igreja Adventista do Sétimo Dia, e Igreja Universal/Portal Universal, pertencente à igreja Universal do Reino de Deus. A partir disso, percebe-se dois blocos: por um lado, há a produção de conteúdos jornalísticos e, por outro, posicionamentos políticos e ideológicos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; Mídia; Igrejas cristãs; Religião;

SCHOOL, CHURCH AND MEDIA: HOW EDUCATION SHOULD BE ACCORDING TO CHRISTIAN CONFESSIONAL CHANNELS

ABSTRACT: This study aims to analyze possible educational ideals according to Christian churches by examining media productions from Christian confessional communication networks. The review was conducted on Catholic channels: TV Aparecida, TV Canção Nova, REDEVIDA, and RedeSeculo21; and Evangelical channels: Rede Novo Tempo de Comunicação, belonging to Igreja Adventista do Sétimo Dia, and Igreja Universal/Portal Universal, belonging to Igreja Universal do Reino de Deus. From this analysis, two main aspects are observed: on one hand, the production of journalistic content, and on the other, political and ideological positions on the subject.

KEYWORDS: Basic education; Media; Christian churches; Religion;

INTRODUÇÃO

Segundo Freitag (1977) o processo educativo, tendo como base uma doutrina pedagógica específica, ocorre por meio de instituições sociais como a escola, a comunidade, a família e a Igreja.

No processo de formação social e cultural brasileiro, as igrejas apresentam-se como fator

proeminente na geração de ideais e aspectos culturais nacionais. A Igreja Católica, mais especificamente, teve papel fundamental no estabelecimento do poderio colonial, distribuição de terras e na dominação epistêmica (ARDUINI & BITTENCOURT, 2017). Atualmente, além da Igreja Católica, diversas denominações de religião cristã têm influência em aspectos culturais, sociais, políticos e educacionais do país, tendo, inclusive, representantes públicos, partidos políticos próprios, bancada evangélica no Congresso Nacional e papel evidente no processo de decisão de políticas públicas e educacionais. Também possuem conglomerados de mídias tradicionais e representatividade em meio às mídias sociais (PIERUCCI, 2013).

Por isso, refletindo a partir do contexto atual, em que as instituições podem reorganizar-se e redefinir-se a partir da mídia moderna (STOLOW, 2014), a presente comunicação se questiona quais são as características das produções midiáticas de conglomerados de religião cristã acerca da educação básica brasileira - pública, privada, fundamental ou médio - e quais são os ideais de educação que tais agentes propõem acerca de temas como: projetos de lei que garantem ou barram conteúdos no currículo escolar e nos espaços escolares - suposta ideologia de gênero, escola sem partido e etc -, e outros assuntos que incidem sobre os documentos curriculares, assim como a defesa dos colégios cristãos ou até do homeschooling e entre outros temas.

Neste sentido, propõe-se a reflexão sobre os ideais educativos observáveis na relação entre religião cristã e educação básica, a partir da análise de produções midiáticas de redes confessionais.

MATERIAL E MÉTODOS

Para compreender o atual momento da participação das igrejas cristãs no debate público é necessário retornar às suas iniciativas a partir da redemocratização do país, ao que se adota como referência o ano de 1985, no qual a Presidência da República voltou a ser ocupada por um civil. Existe uma participação de leigos, prelados e uma parte minoritária dos bispos - embora bastante ativa- na articulação de uma frente de movimentos sociais como os novos sindicatos e as associações de bairro, no caso das cidades, e o movimento sem-terra ou as organizações indígenas apoiadas pelo Conselho Indígena Missionário, no campo. Também nos anos 1980, diversas denominações evangélicas possuem uma rede de templos, com número de fiéis e capilaridade em crescimento ou já consolidada no cenário nacional, e que se imiscuem no jogo político partidário (FRESTON, 1993). O processo da Constituinte de 1987-8 é representativo dessa virada pelo número expressivo de parlamentares eleitos através da articulação de pastores que pediram votos para seus candidatos de preferência. Exemplo disso é a Assembleia de Deus, até o período refratária à participação na política mas que é bem sucedida na eleição, para várias unidades da federação, de um representante seu para a Assembleia. Portanto, a crescente invocação aos valores religiosos como justificativa tanto para pedir voto como candidato como, posteriormente, agir enquanto parlamentar, possui raízes que se estendem pelo menos desde os anos 1980. Ainda que já houvesse parlamentares identificados com uma denominação desde pelo menos a eleição de Guaracy Silveira na década de 1930 - um presbiteriano constituinte em 1933 por São Paulo -, é nesse período que a questão assume uma força coletiva e que se torna usual a confluência entre o político e o religioso em conceitos como “bancada evangélica” (ARDUINI & WOHNRATH, 2023).

O fortalecimento da participação política de várias denominações cristãs, cujos representantes se situam dos dois lados do espectro político, ainda que com uma clara maioria de direita, assume uma configuração de aliança para a configuação de uma política voltada à infância e juventude (WOHNRATH, 2017). A aliança alcança resultados que se desdobram pelas décadas seguintes: por exemplo, a substituição do conceito jurídico do “menor”, o qual remete a um ideário de um conflito com a lei - o “menor infrator” - pela formação da ideia de criança e jovem como portadores de direitos. Daí nasceria, nos anos subsequentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Como o Estado deveria agir para assegurar os direitos doravante inscritos em lei? Desde a origem das discussões, embora não fosse inscrito na lei nem a única alternativa possível, a resposta incluiu algum repasse de verba pública para instituições de cunho religioso e, portanto, a intensificação dos laços entre o Estado e as igrejas - e não apenas a Católica, ao contrário do usual na história da educação brasileira.

É nesse cenário que tramita a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada com uma redação inicial na forma da lei federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, mas logo revisada para incluir, já no ano seguinte, o ensino religioso na condição de componente curricular de oferta obrigatória na rede pública do Ensino Fundamental fases I e II. A aprovação já denota a capacidade de articulação das diversas religiões mas expõe também as divisões internas. Nem todas as denominações evangélicas foram favoráveis à aprovação. Além disso, dentre os favoráveis ao ensino religioso, havia divisões sobre o formato, dentre aqueles que desejavam um ensino interconfessional, isto é, uma espécie de ensino sobre os fatos religiosos ao estilo francês, e os favoráveis a um ensino confessional, no estilo de uma catequese. O quadro se agrava quando, em 2007, o Estado brasileiro e a Santa Sé assinam uma Concordata na qual está escrito que o ensino religioso nas escolas públicas poderia ser confessional, católico ou de outras religiões. O impasse segue até os dias atuais e atravessou uma avaliação do Supremo sobre a Constitucionalidade da Concordata e do trecho da LDB sobre o ensino religioso (ARDUINI, 2024). Em uma decisão apertada, por 6 votos a 5, o Supremo derrubou a interpretação de que o Ensino Religioso não poderia ser confessional e que os professores não poderiam ser indicados pelas igrejas. Em lugar disso, estabeleceu que o preceito jurídico de liberdade religiosa deveria ser interpretado como o direito das famílias de que suas visões religiosas de mundo fossem consideradas pelas escolas públicas na formulação de seus currículos, ainda que em tese nos limites restritos da matéria de ensino religioso.

O contexto jurídico permite compreender uma parte significativa das relações entre Igreja e Estado, porém deixa a descoberto a importância da opinião pública e da opinião publicada, isto é, aquela que se faz ouvir pelos meios tradicionais e pelas novas mídias. É mister compreender quais são os argumentos mobilizados pelas igrejas com vistas a fortalecê-las no diálogo com os entes estatais. Dado que sua força provém, em grande medida, de sua capacidade em arregimentar apoios entre os agentes não-religiosos, é necessário investigar sua presença nas mídias. Por isso, as mídias cobertas na presente pesquisa foram:

1) Portal Universal e Igreja Universal - Ligados à Igreja Universal do Reino de Deus;
2) Rede Novo Tempo de Comunicação - Ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia;
3) TV Aparecida - Ligada à administração do Santuário Nacional de Aparecida realizada pela Congregação dos Redentoristas, província de São Paulo. A província administra a Fundação Nossa Senhora Aparecida, com larga experiência na programação radiofônica, quando em 2005 iniciam a produção e difusão de material televisivo. Entre 2005 e 2007, realizam a divulgação em parceria com outras TVs católicas; a partir desta data, desenvolvem uma rede própria de retransmissoras e inauguram em 2008 um canal próprio no YouTube e em 2011 a programação para internet através de um aplicativo para aparelhos móveis. Apresentam-se como a 7a rede de televisão aberta mais assistida no país[1] e seu canal no YouTube contabiliza mais de 11 mil vídeos, com quase 130 milhões de visualizações e 2,72 milhões de inscritos[2]. Sua programação se baseia nos eventos do Santuário de Aparecida; nesta pesquisa, destacaram-se os vídeos retirados de dois programas: “Central da Esperança” e “Saúde e Fé”;
4) TV Rede Vida - Criada por iniciativa de uma família de empresários da comunicação sediada em São José do Rio Preto (a família de João Monteiro de Barros Filho) com amplo apoio da CNBB, a Rede Vida começa como o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, em 1994, instrumento jurídico que viabilizou administrativa e financeiramente o início das transmissões em 1 de maio de 1995. Sua programação baseia-se principalmente em transmissões de eventos católicos, entremeados com alguns poucos noticiários e programas de entrevistas. As notícias que aparecem na busca são resultado dos noticiários. A Rede Vida estabeleceu uma parceria com grupos privados (mas, ao que se indica, não confessionais) de educação, tais como o Maxi Sistema de Ensino, para produção de conteúdo para um canal alternativo no sistema digital. Isso, entretanto, não afetou a cobertura do canal sobre o Coronavírus, que demonstrou uma incoerência com a cobertura sobre a pandemia: convocou dois médicos negacionistas - com um vídeo que é disparadamente o mais visto da lista - e misturou a lista com outros especialistas (de Curitiba e de São José do Rio Preto) com falas a favor da vacinação e do distanciamento social como a melhor alternativa para combater a doença;

[1] https://pt.wikipedia.org/wiki/TV_Aparecida (Acesso em 16/05/2021)
[2] https://www.youtube.com/c/tvaparecidaoficial/about (Acesso em 16/05/2021)

5) TV Canção Nova
6) RedeSéculo 21

   Estas duas produtoras apresentam o mesmo perfil, com algumas características que a fazem dialogar mais com a Rede Vida do que com a TV Aparecida. São produtoras localizadas no interior paulista que seguem uma linha editorial em seus programas noticiosos como se eles fossem extensões dos programas de evangelização; a ênfase é conferida aos casos de recuperação do Covid ou à importância da espiritualidade para enfrentar a pandemia. Em termos de método de criação do canal de TV, possuem semelhanças no sentido da ligação com os mesmos parlamentares -- Salvador Zimbaldi, p. ex. -- que funcionou como mediador da obtenção das concessões.

Por outro lado, como indicado no quadro abaixo, os dois canais diferem bastante em termos de período de migração para a plataforma YouTube, que ocorreu apenas em 2013 para a RS21, ao contrário da Canção Nova, cujo canal é o mais antigo entre os sete.

TABELA 1: Informações básicas sobre os sete canais confessionais cristãos de Youtube

Nome Canal	Criação	Inscritos	Vídeos	Visualizações
TV Aparecida	06/04/2008	4,11 mi	31.109	568.844.431
REDE VIDA	25/06/2009	1,72 mi	53.818	139.432.584
RedeSeculo21	13/02/2013	2,06 mi	83.112	335.882.604
TV Canção Nova	21/09/2007	2,8 mi	35.508	475.815.146
Igreja Universal	30/03/2013	1,56 mi	7.393	189.126.443
Portal Universal	02/04/2018	61,4 mil	3.013	6.248.877
Rede Novo Tempo de Comunicação	01/08/2008	740 mil	4.530	68.344.719

Fonte: Dados compilados da plataforma YouTube, 09 set. 2024

Uma forma de colocar estes números em perspectiva é compará-los com outros empreendimentos midiáticos identificados com a expressão religiosa do catolicismo e pautados por outros critérios, como por exemplo a identificação à figura de um sacerdote. Neste critério de seleção, o canal mais visualizado é provavelmente o de Marcelo Mendonça Rossi, (pe. Marcelo), que possui 2,31 milhões de inscritos que visualizaram exatas 715.458.425 vezes um total de 1.885 vídeos. Seu principal concorrente neste mercado é Fábio José de Melo Silva, cujo canal no YouTube possui 1,6 milhões de inscritos que têm à sua disposição 123 vídeos com 266.874.141 visualizações. Em meio a tantos números, o que representam esses esforços? É o que busca responder a próxima sessão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Sanchotene & Borelli (2009), atualmente a mídia ocupa uma posição importante de mediação entre as práticas dos campos sociais e os indivíduos da sociedade, por isto, a midiatização da religião é um fenômeno do campo religioso e do das práticas sociais, pois a sociedade atual percebe-se no mundo a partir, também, das mídias sociais. Os conteúdos midiáticos produzidos por redes evangélicas, por exemplo, têm diversos perfis e abrangem tanto transmissão de cultos, campanhas e eventos religiosos quanto programas de entrevista, de aconselhamento familiar/parental/financeiro, de testemunhos, de debate entre figuras religiosas e quadros que têm como função a venda ou promoção de artigos religiosos (CUNHA, 2018). As emissoras confessionais católicas, similarmente, têm forte presença na formulação de identidade e sensos de moral e ética nacionais.

Portanto, a educação, enquanto direito social previsto constitucionalmente (Brasil, 1988, Art. 6°), é atravessada pelas perspectivas geradas pelas convenções cristãs socialmente e midiaticamente construídas. Em relação aos canais analisados, especificamente, é possível perceber uma variedade de programas, assuntos ministrados, identidades visuais e entre outros aspectos. Tais temáticas, observáveis nas postagens de Youtube das emissoras, vão desde produções jornalísticas a conteúdos de opinião. Neste sentido, cabe separarmos os conteúdos em dois blocos principais.

Em relação ao primeiro bloco, existem, majoritariamente, produções midiáticas vinculadas ao jornalismo não religioso, isto é, assuntos gerais, como notícias, utilidades, bem estar e, para as crianças, reforço escolar e programas infantis. Durante a pandemia de COVID19, foram promovidas reportagens, entrevistas e programas com temática acerca dos desafios e cuidados com relação aos estudantes e o processo de aprendizagem em meio ao distanciamento social. Ademais, a educação é evidenciada como direito social essencial para o desenvolvimento do país. Este é o caso da maioria dos canais católicos. Quanto ao segundo bloco, em contraposição, existem, além dos conteúdos jornalísticos, produções midiáticas mais voltadas à exposição de opiniões sobre como a educação básica deveria ser de acordo com os ideais da religião cristã. Sugere-se que há uma atual crise da educação básica brasileira, que, segundo eles, é provocada pela ausência dos valores éticos e morais nas políticas públicas e educacionais. Nesse caso, a solução proposta é a de que a família esteja presente na vida escolar dos estudantes e ativa nas discussões que ocorrem entre a comunidade escolar e a comunidade externa. Ademais, de acordo com tal discussão, é preciso que os membros ativos e praticantes dos costumes vinculados à moral e ética cristã, se coloquem energicamente em prol das boas práticas e, consequentemente, contra os supostos riscos presentes no ambiente escolar. Logo, é válido destacar casos em que durante uma entrevista, por exemplo, são trazidas à tona opiniões de pais que sugerem que nas escolas públicas seculares há o incentivo a questionamentos que tange às questões de sexualidade e gênero, promovidas pela atuação da suposta ideologia de gênero no espaço da escola. Além disso, nesses conteúdos, a imagem dos professores está fortemente vinculada às práticas de doutrinação e subversão do estudante, que é influenciado pela gestão, pelo grupo docente e por seus colegas. Há, também, incentivo à prática do *homeschooling*, que possibilitaria que a família filtrasse as influências negativas que atingiriam o estudante no espaço escolar. No mais, há forte promoção de materiais de estudo, colégios e universidades cristãs.

CONCLUSÕES

A análise dos vídeos permite construir uma classificação da presença dos canais católicos e alguns canais evangélicos nas mídias sociais, e em especial no YouTube. É possível estabelecer uma correlação entre os produtores audiovisuais vinculados às autoridades eclesiais católicas (o Santuário de Aparecida e a CNBB) e uma igreja evangélica histórica (os Adventistas). Em ambos os casos, há uma proximidade das opiniões expressas e as recomendações mais frequentemente encontradas entre as associações de saúde nacionais e internacionais. Isso significa admitir que a pandemia de COVID19 poderia ser corretamente enfrentada através das medidas de distanciamento social, mesmo que à custa do fechamento dos templos religiosos. Em oposição a esse grupo, existem produtores católicos situados de forma mais autônoma (TV Canção Nova, Rede Século 21) e um canal vinculado a uma igreja neopentecostal (Universal) a questionar as medidas tomadas para controle do COVID19 e, em alguns casos, estabelecer uma crítica que alcançasse a própria instituição escolar – com algum grau de sugestionamento da alternativa como homeschooling.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

G.B.A contribuiu com o levantamento e análise de dados, G.R.A supervisionou o processo e contribuiu com a análise dos dados. G.B.A, G.R.A e C.C.V.S. atuaram na redação do trabalho. Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pois este trabalho faz parte de um projeto mais amplo, chamado “O papel do Estado Nacional brasileiro na atividade educativa das igrejas cristãs, dos anos 1930 ao presente”, possibilitado pelo Edital Universal 2021, e a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARDUINI, G. R. Diversité religieuse et éducation publique au Brésil: nouveaux enjeux. **Éducation et Sociétés**, Lyon, v. 51, n. 1, p. 33–53, 2024. DOI: 10.3917/es.051.0033. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-education-et-societes-2024-1-page-33.html. Acesso em: 17 fev. 2024.

ARDUINI, G.R; WOHNRATH, V. Incursión política de las Iglesias en las Asambleas Constituyentes democráticas brasileñas. **Perfiles Latinoamericanos**, México, v. 31, n. 61, p. 1–23, 2023. Disponível em: https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/1615. Acesso em: 24 maio. 2024.

BITTENCOURT, A.B; ARDUINI, G. R. Apresentação ao dossiê “Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República - a arte de ‘formar bons cidadãos e bons cristãos’”. **Pro-Posições**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 12–28, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000300012&lng=pt&tlng=pt.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 03 set. 2024.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. Leis Correlatas. Brasília, 1990.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CUNHA, C. V. da. “Televisão para salvar”: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. Antropolítica - **Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, no. 42, p. 199–235, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41895. Acesso em 03 set. 2024.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade.** São Paulo: Centauro, 1977.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 1993. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PIERUCCI, A.F. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional. (In): TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **Religiões em movimento: o Censo de 2010.** Petrópolis: Vozes, 2013. p. 49–62.

SANCHOTENE, C.R.S. BORELLI, V. Mídia e religião: estratégias de "cura" financeira pela IURD. **RuMoRes**, v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51141. Acesso em: 03 set. 2024.

STOLOW, J. Religião e Mídia: notas sobre pesquisas e direções futuras para um estudo interdisciplinar. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, no. 2, p. 146-160, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/T7SX7fNRjhkFSM9kzGtP6Zh/. Acesso em 03 set. 2024

WOHNRATH, Vinicius. **Constituindo a Nova República - Agentes católicos na Assembléia Nacional (1987-88)**. Universidade Estadual de Campinas, 2017.